

CBPF-CS-011/88

**POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA\***

por

**Renato ARCHER**

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CNPq/CBPF  
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150  
22290 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

\*Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 6 de junho de 1956.

O SR. RENATO ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) - Senhor Presidente, e Srs. Deputados, pretendo neste discurso chamar a atenção da Câmara e da Nação para os diversos aspectos do problema da Energia Atômica em nosso país.

Preliminarmente, examinarei a evolução, neutralização e abandono da nossa política de energia atômica; em seguida, analisarei a influência do fator econômico na política de energia nuclear; defenderei então, finalmente, o reencetamento de uma política nacional com objetivos claramente definidos.

Não sendo um nome associado a este assunto, julgo conveniente, esclarecer a esta casa, em antecipação às possíveis reações ao que exporei, que tenho sido, durante os últimos três anos, Diretor-Gerente duma companhia privada de prospecção e aerolevantamentos que, juntamente com outra companhia nacional, tem feito intensivos estudos e pesquisas de minerais radioativos, com grande sucesso.

Não sou um técnico no assunto mas um representante do povo brasileiro agindo sob minha responsabilidade, para solicitar a atenção do Governo no sentido da necessidade de empreendermos uma política nacional de energia atômica.

Podem-se dizer que o Brasil teve até o fim de 1954 uma política nacional de energia nuclear. Definida pelo Conselho Nacional de Pesquisas, na exposição de motivos secreta nº 32 de 12 de outubro de 1952, e aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo Presidente da República, consubstanciava-se no seguinte esquema:

- a) pesquisas, prospecções, mineração, separação e concentração de minérios;
- b) tratamento químico dos minérios atômicos;
- c) metalurgia do urânio nuclearmente puro para uso em reato-

res atômicos;

d) produção de urânio enriquecido, para uso em reatores atômicos;

e) reatores atômicos, quer para produção de energia, quer para fins experimentais e de pesquisa;

f) ampliação das nossas equipes de cientistas e tecnologistas, problema fundamental e cuja prioridade sobreleva às demais; recurso à ciência e à tecnologia dos Estados Unidos da América, da França, da Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Escandinávia, Holanda, Canadá, e, possivelmente, da Índia e do Japão, além das nossas próprias instituições culturais".

Tal política, fruto do trabalho persistente e excepcionalmente patriótico do Almirante Alvaro Alberto, quando na Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, do próprio C.N.Pq. e do Conselho de Segurança Nacional apoiava-se, para um êxito certo, nos seguintes pressupostos:

- a existência de cientistas engenheiros especializados, grandemente capazes e em número suficiente;
- matérias primas;
- reatores;
- indústrias subsidiárias;
- recursos financeiros.

Não se limitaram êsses esforços, quero salientar, a discussões em comissões ou reuniões meramente científicas; êles representaram principalmente, o resultado de uma atividade complexa e constante, desde 1946, época em que se realizava a primeira reunião da Comissão Internacional de Energia Atômica da O.N.U.

Naquela oportunidade, os Estados Unidos apresentaram uma proposta para criação de um órgão internacional de controle que desa-

propriaria, em qualquer parte do mundo, tôdas as fontes de minerais radioativos. (Muno nº 1 de 2-7-46).

O representante do Brasil, Almirante Alvaro Alberto, opôs-se veemente a tal proposição, alegando:

a) que dos 58 membros da O.N.U. sômente o Brasil, Índia, Canadá e Bélgica, únicos detentores de jazidas conhecidas de tório e urânio, seriam diretamente atingidos pelo monopólio internacional;

b) que a Constituição brasileira assegurava à Nação a posse do subsolo e que sô o Congresso Nacional poderia ratificar qualquer acôrdo internacional nêsse sentido.

Esse ponto de vista que se transformaria no embrião da nossa política nacional de energia atômica, logo apôs, no transcorrer dêse se ano de 1947, veio a solidificar-se, com o apoio das delegações inglêsa (Índia) e australiana, através da defesa do princípio das compensações.

*O Sr. Dagoberto Sales* — V. Ex<sup>ã</sup> permite-me um aparte?

**O Sr. RENATO ARCHER** — Pois não.

*O Sr. Dagoberto Sales* — Sr. Deputado, embora tardiamente — com 10 anos de atrazo — ecoam agora, no Parlamento brasileiro, os protestos contra o chamado Plano Baruch, a que V. Ex<sup>ã</sup> aludiu, de desapropriação das jazidas de minérios atômicos. Embora tardiamente — repito — deve o Parlamento Nacional levantar seu mais veemente protesto contra a filosofia contida nêsse Plano porque foi justamente contra êsses princípios, irônicamente chamados de *reparos às injustiças da natureza*, que o Brasil se uniu no esforço bélico das nações ocidentais, para repelir a execução prática dessa filosofia pregada por Mussolini e Hitler.

**O SR. RENATO ARCHER** — Muito obrigado a V. Ex<sup>ã</sup>. Aduzindo um esclarecimento ao aparte do nobre Deputado, queria render minha ho

menagem ao Delegado brasileiro nesta conferência, que numa das reuniões, em resposta à tese de "reparação das injustiças da natureza", teve oportunidade de declarar que estaria disposto a concordar com a tese da desapropriação que foi aliás rejeitada em virtude da reação do delegado brasileiro, com o apoio do Sr. Baruch, se a Inglaterra quizesse também reparar as injustiças da Natureza em relação ao carvão e os Estados Unidos em relação ao petróleo.

Realmente, na definição da política nacional de energia atômica já por mim especificada, essa questão da compensação viria assumir papel mais preponderante.

Significava, em última análise:

- a) preço remunerador, como base necessária, porém, não suficiente;
- b) representação permanente no órgão Internacional de Contrôles;
- c) cotas preferenciais de energia, resultantes das matérias primas nacionais;
- d) instalação, em território nacional, de reatores primários (pilhas de tório ou de urânio) para produzir os chamados "combustíveis nucleares" Urânio - 233 e Plutônio;
- e) instalação, em território nacional de reatores secundários, destinados a produzir energia, a custa dos "combustíveis nucleares".

De 1947 a 1951, o Brasil norteou sua política de energia atômica com base nestes princípios e o seu maior responsável e delineador, o Almirante Alvaro Alberto, manda a verdade que se diga, teve o integral apoio do Ministro das Relações Exteriores do governo do General Dutra, o Sr. João Neves da Fontoura e do Chefe da Delegação Brasileira na O.N.U., o Embaixador João Carlos Muniz e O. Aranha e P. Leão Veloso.

Em 1951, a 15 de janeiro sancionava-se a lei nº 1.310 que tinha por fim orientar a nossa política nacional de energia atômica, criando o Conselho Nacional de Pesquisas com o objetivo de dirigi-la.

Sobre o sentido e utilidade do Conselho Nacional de Pesquisas, basta repetir o que disse o sábio Professor R. Oppenheimer:

"Se tivesse visitado o Brasil há três anos atrás e me fôsse dado percorrer o mesmo itinerário — (centros científicos do Rio, São Paulo, Minas, em cinco semanas) teria vindo aos Senhores para implorar-lhes que criassem um Conselho Nacional de Pesquisas, idêntico ao que ora existe".

A lei nº 1.310, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas fixou em seu art. 4º a proibição de exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de governo a governo ouvidos os órgãos competentes.

Órgãos competentes, pelo texto da lei, seriam o próprio Conselho Nacional de Pesquisas, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Forças Armadas, quando se relacionasse com o emprego militar da energia atômica.

Mas, já em 1952, por proposta do então Ministro das Relações Exteriores, criava-se outro órgão, com objetivo também de opinar e resolver especificamente sobre exportação de minerais atômicos.

Tratava-se da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores (Decreto nº 30.583 de 21-2 de 1952).

O Sr. Seixas Dória - Permita-me V. Exª. Aí realmente é onde começa a parte mais grave da história, porque não se explica, no meu entender, esse deslocamento do Conselho Nacional de Pesquisas para o Ministério das Relações Exteriores que, na realidade, foi

quem passou a nortear a política de exportação dos materiais estratégicos.

O SR. RENATO ARCHER — Vossa Excelência tem integral razão.

O decreto criador da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos foi a saída que os setores interessados do Ministério das Relações Exteriores encontraram para permitir a exportação dos nos sos materiais estratégicos contra a opinião dos órgãos competentes, previstos na Lei 1.310. A criação dessa Comissão, inclusive, me parece ilegal.

Chamo a atenção da Casa para a data em que foi criada esta Co missão, pois nesse mesmo dia foi autorizada, pela primeira vez, a exportação de areias monazíticas, sais de tório, cério e terras ra ras.

O Sr. Dagoberto Sales — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RENATO ARCHER — Com todo o prazer.

O Sr. Dagoberto Sales — Quero também chamar a atenção de V. Exª para a exdrúxula fórmula adotada: *de Govêrno para Govêrno*. Ad mito que, nós brasileiros, procurássemos uma limitação ao comércio exterior de minerais atômicos, conferindo o seu monopólio ao Go vêrno. Agora, o que não compreendo é o próprio Estado brasileiro criar a si próprio uma limitação de exportação: apenas para outros Governos. É sabido que a utilização de minerais atômicos em certos países é também de direito de particulares. Portanto, não se admite e não se compreende essa limitação, imposta ao nosso pró prio Govêrno, de exportar apenas para outros Govêrnos.

O SR. RENATO ARCHER — Muito obrigado a V. Exª.

Chamo a atenção da Casa para esta data, pois, neste mesmo dia, o Brasil assinava o primeiro acôrdo para a exportação de areias mo

nazíticas e sais de tório.

Em que circunstâncias processou-se esta exportação?

Como é sabido, Sr. Presidente, a política brasileira de energia atômica era taxativa no sentido de que nenhuma exportação de minerais radioativos se fizesse apenas em troca de dólares ou preço compensador.

Mas se exigia, e nisto estavam de acôrdo o Conselho Nacional de Pesquisas, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Fôrças Armadas, que além do preço compensador nos deveriam ser da das facilidades para compra de equipamento e assistência técnica, a fim de que pudessemos assegurar nosso desenvolvimento neste campo.

No entanto, Sr. Presidente, embora se pronunciassem exatamente neste sentido aquêles três órgãos, o acôrdo foi assinado e a exportação feita sem que se respeitasse essa orientação e, pior ainda, às escondidas dos mesmos, que só vieram a conhecê-lo sete meses após.

É o que se percebe claramente do §11 do Relatório Secreto sobre a política governamental no setor da energia atômica, de nº 171, enviado ao Presidente Getúlio Vargas em 25 de novembro de 1953, pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, ilustre General Caiado de Castro, que passo a ler:

"11. Infelizmente, Senhor Presidente, conforme esta Secretaria Geral sôveio tomar conhecimento pela Exposição nº 51 do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, dirigida a V. Ex<sup>ã</sup>, em 22 de setembro de 1952, o Acôrdo foi negociado com os Estados Unidos, em 21 de fevereiro de 1952, sem que fossem consideradas as compensações julgadas adequadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas. O ofício secreto do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesqui-

sas em exercício nº C/91, de 17 de janeiro de 1952, dirigido ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, indica que motivos superiores "impediram o Governo da República a adiantar as negociações relativas aos fornecimentos da monazita ao Governo Americano, sem entrar, nesta altura, no terreno das compensações específicas que foram objeto das recomendações do Conselho".

Esta constituiu pela primeira vez no Governo de V. Ex<sup>a</sup>, a quebra da política defendida pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pelo Conselho de Segurança Nacional, no tocante à exportação dos minerais atômicos.

Não há dúvida, Senhores Deputados, que com a criação da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e a exportação de areias monazíticas e sais de tório, contra as recomendações expressas do Conselho Nacional de Pesquisas e do Conselho de Segurança Nacional, iniciava-se, entre nós, a neutralização da nossa política de energia atômica.

A política nacional neste aspecto era, sem dúvida, Sr. Presidente o resultado da consulta de nossos interesses e a clara compreensão do papel que pode representar a utilização da energia atômica em um país subdesenvolvido como o nosso.

A sua neutralização, que de 1952 para frente começa a perceber-se, pode ser definida como o esforço consciente para a sua anulação.

*O Sr. Seixas Dória* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. RENATO ARCHER — Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me deixasse continuar. Depois, teria todo o prazer em ouvir o aparte do nobre colega.

A este esforço, a ele indiscutivelmente ligado, encontra-se

o interesse imediato da política atômica do nosso tradicional aliado, os Estados Unidos da América do Norte.

Naquela época a necessidade imperiosa dos americanos de obter matéria prima e de garantir a continuidade do seu suprimento, caracteriza bem os fatores preponderantes da luta contra a política nacional, de energia atômica.

Esta luta, traduz o fatal antagonismo entre os interesses de uma nação detentora de processos tecnológicos avançados, carecendo de matéria prima, e de outra, como a nossa, que possuindo essa matéria prima, procurava obter em sua troca o conhecimento técnico indispensável à sua utilização.

Ora, Senhor Presidente, as diretrizes traçadas pela exposição secreta nº 32 do C.N.Pq., a que antes me referi, linha mestra da nossa política de energia atômica, foram expressamente aprovadas pelo Presidente Getúlio Vargas, em 20-11-53, à base do relatório-exposição, também secreto, nº 772, do Conselho de Segurança Nacional, visando o cumprimento de medidas práticas propostas pelo próprio Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Senhor Presidente, a luta contra a execução dessas medidas, como não podia deixar de ser, foi por todo o tempo objetivo principal dos adversários de nossa política atômica, e teve sempre à sua frente o interesse e a participação tenaz do Departamento de Estado Americano, diante do qual sucumbimos, pela *tíbieza* e *incapacidade* do nosso serviço diplomático.

Vejamos:

1º) propunha o Conselho Nacional de Pesquisas a intensificação das pesquisas de minerais radioativos.

Em 1955, já no governo do Senhor Café Filho, foi assinado com

os Estados Unidos o chamado acôrdo de pesquisa pelo qual se entregava a uma comissão mista brasileiro-americana o inventário de nos sos minerais radioativos. A partir dêste instante, cessou, no Bra sil, a pesquisa dêsses minerais.

29) *Quanto aos reatores propunha:*

a) construção de um reator de simples efeito, de urânio me-  
tálico e grafítico, conforme foi sugerido e justificado pelo emi-  
nente Prof. J.R. Oppenheimer.

b) Construção do reator do tipo proposto pelo Prof. W. Groth  
e que utiliza urânio levemente enriquecido e água comum como mode-  
rador.

Pois bem, Sr. Presidente, o primeiro dos reatores de origem a  
mericana, nos foi repetidamente negado pelos Estados Unidos, con-  
forme pode ser fartamente comprovado pelo exame dos documentos em  
poder do C.N.Pq.

O Brasil impossibilitado de obter de seu aliado o equipamento  
de que necessitava para a construção de seu primeiro reator, vai  
procurar na Europa, com os cientistas alemães, a solução para o  
seu problema. Obtém dêles os estudos do tipo de reator indicado.  
Contrata a compra dos primeiros equipamentos: as ultracentrífugas.  
Paga US\$80.000.00 por êste primeiro material, por ordem de pagamen-  
to do Banco do Brasil de 21 de janeiro de 1954, ao Banco Germânico  
da América do Sul, cerca a sua transação das maiores precauções,  
como se pode verificar da exposição secreta nº 32, do Conselho Na-  
cional de Pesquisas, nas fls. 8, 15 e 16, porque a Alemanha estava  
sob o regime de ocupação.

E, pasmem, Srs. Deputados, à Alemanha foi permitido fabricar  
o equipamento, porém, foi impedido o seu embarque para o Brasil, e

xatamente pela intervenção dos Estados Unidos da América do Norte.

Até hoje permanece na Alemanha êste equipamento.

Iniciou-se, então, uma pressão sôbre o Brasil que tornou impossível, mesmo depois de libertada a Alemanha, a vinda do citado equipamento.

*O Sr. Seixas Dória* — Permita-me V. Ex<sup>a</sup>. Aqui caberia o aparte. Daí a razão por que insisto.

O SR. RENATO ARCHER — Vossa Excelência pode dar o aparte.

*O Sr. Seixas Dória* — Perguntaria a V. Ex<sup>a</sup> em que se baseia para fazer perante a Câmara denúncia de tal gravidade, a respeito de um fato que fere os interesses nacionais.

E veja V. Ex<sup>a</sup> neste aparte sô e exclusivamente o espírito de colaboração, porque o seu discurso está sendo de um equilíbrio digno dos maiores louvores, dos maiores aplausos.

O Sr. RENATO ARCHER — Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>.

O ilustre Líder da Maioria, Deputado Vieira de Melo, permitiu-me compulsar dois documentos, a princípio secretos, mas atualmente desclassificados — êstes que menciono seguidamente — dos quais S. Ex<sup>a</sup> mesmo leu alguns trechos em discurso há tempo pronunciado nesta Câmara. Esta, a fonte: dois documentos absolutamente autênticos.

*O Sr. Dagoberto Sales* — V. Ex<sup>a</sup> está tocando num ponto importantíssimo da questão. Na realidade o problema da utilização pacífica da energia atômica esbarra com certos aspectos militares que têm preocupado sobremaneira os Estados Unidos. Um dêles é a possibilidade de países vizinhos fabricarem material físsil. Ora, sabe-se perfeitamente que o país que tiver, ou produção de urânio enriquecido, ou reatores Breeder, poderá ter a matéria prima da bom-

ba atômica. Isto tem retardado o desenvolvimento da energia atômica para fins pacíficos nos países circunvizinhos ou sob a esfera da influência dos Estados Unidos. O que ocorreu com a ultracentrífuga encomendada pelo Almirante Alvaro Alberto está acontecendo agora com os reatores chamados Breeder que, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, também possibilitam, aliás por um sistema mais econômico, a obtenção do material físsil.

O SR. RENATO ARCHER — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Sobre esse assunto pude ler, numa conferência do Professor Oppenheimer enviada ao ilustre Deputado Aliomar Baleeiro, em resposta ao pedido de informações por S. Ex<sup>a</sup> dirigido ao Conselho Nacional de Pesquisas, que "existem dois tipos de reatores: os que fabricam material para bomba atômica e os que consomem o material da bomba atômica". Assim o problema da utilização industrial da energia atômica está intimamente ligado com o problema militar e o de que se tem valido os Estados Unidos para impedir o progresso de outros países, nesse campo, conforme terei oportunidade de mostrar no decorrer do meu discurso.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Todavia, esse alegado interesse militar, do qual os Estados Unidos se valem para impedir o progresso atômico de nações aliadas como o Brasil é inteiramente injustificado porque esse segredo, essa preocupação não evitaram que a União Soviética fabricasse a bomba atômica nem que a Inglaterra a fabricasse igualmente, e estivesse fazendo provas e experiências recentes com sucesso interessada no monopólio.

O SR. RENATO ARCHER — Terei ocasião de falar sobre isso no meu discurso.

O problema da bomba atômica se resume na obtenção da carga cú

tica de plutônio ou de urânio 235 ou quem sabe de Urânio 233. O resto é de simplicidade impressionante.

*O Sr. Aliomar Baleeiro* — Apenas algumas ponderações. Nada ponho em dúvida mesmo porque costumo ler algumas revistas americanas, através das quais venho acompanhando alguns desses aspectos do emprego pacífico e militar da energia atômica. Há uma circunstância todavia, que me impõe opor duas reservas e gostaria que elas fôssem objeto do debate brilhante que V. Exª está proporcionando à Casa.

O SR. RENATO ARCHER — Obrigado a V. Exª.

*O Sr. Aliomar Baleeiro* — Em agosto de 55 em Genebra, celebrou-se a famosa conferência atômica. Foram expostas tanto pelos americanos, quanto pelos russos pela Inglaterra e outros países, as suas revelações com pequenas reservas de alguns pontos, sobretudo em relação às possíveis aplicações da fusão nuclear ...

O SR. RENATO ARCHER — Exato.

*O Sr. Aliomar Baleeiro* — ... Documentos e explicações demonstrações foram feitas justificando até certas obras como as do Professor Leite Lopes (Angelopoulos), que logrou grande popularidade neste país, inclusive na Câmara dos Deputados, em segundo lugar, a Lei Americana de 54, que a Biblioteca da Câmara possui um exemplar, por diligência do nobre Deputado Afonso Arinos, tem uma espécie de informação dos conhecimentos americanos e do seu desejo de colaboração com todas as nações que queiram fazer utilização pacífica da aquela energia. Esses dois fatos — a Conferência de Genebra e a política decorrente dessa lei de 54 — seriam reservas que se poderiam opor à tese que V. Exª está sustentando.

O SR. RENATO ARCHER — Do ponto de vista formal V. Ex<sup>te</sup> tem razão, na prática porém, o que visa os Estados Unidos é impedir que outros países construam suas instalações para fabricar urânio enriquecido. Aliás, são caríssimas essas usinas. Oak Ridge custou cerca de 500 milhões de dólares e outra, ainda maior, que foi noticiada há tempos não sei se Savannah River ou Paducah custou dois bilhões de dólares. Contra qualquer tentativa de despender tão volumosas quantias se opõem as ofertas dos Estados Unidos de fornecer urânio 235 a preços convidativos e se isto não bastar, a tê, doações como já tem sido praticado.

Esta a razão porque não têm maior significado as discussões ha vidas nesta Casa sobre problema de preços de tório, urânio, etc.

Contra essa tendência de monopólio dos Estados Unidos a própria Europa se revolta neste instante formando a Euratom a cujo respeito, sobretudo, nos dá conta o número de dezembro de 1955 da revista americana Nucleonics, órgão de publicidade técnica altamente credenciada, insuspeita e de responsabilidade da McGraw Hill que passo a ler:

"Plans for a Western European atomic pool that would make of the six coal-steel pool countries an independent, first-rank power in peaceful nuclear industry progressed last month in Brussels. The plan represents an urgent desire for revolt against existing tight U.S. control over enriched U supplies, and the limitations on isotopic concentration and on the use to which enriched fuel may be applied".

A Inglaterra permaneceu fora do acôrdo Europeu, uma vez que já estava fabricando urânio enriquecido. Além dela, talvez só a Rússia no mundo, tenha tais instalações. V. Ex<sup>te</sup> ilustre Deputado

Aliomar Baleeiro, conhece o processo de fabricação de urânio enriquecido?

O Sr. Aliomar Baleeiro — Não conheço. Tenho lido a este respeito apenas brochuras de divulgação.

O SR. RENATO ARCHER — Vou explicar a V. Ex<sup>ã</sup>. O urânio natural contém três isótopos dos quais um, pela sua percentagem extremamente baixa não se leva em conta na prática. A sua composição em termos industriais, é de 99,3% de urânio 238 e 0,7% de urânio 235.

O urânio 235 é o único combustível nuclear que ocorre na natureza dentre os que são aproveitáveis graças ao fenômeno da fissão atômica.

O urânio enriquecido é aquele no qual, por um processo artificial se consegue aumentar a percentagem do isótopo U-235. Para a obtenção disso, industrialmente, segundo este documento em minhas mãos, que se intitula "The Role of Engineering in Nuclear Energy Development", contendo as memórias apresentadas a um simpósio reunido em 1951 em Oak Ridge, existem dois processos considerados mais econômicos para o caso do urânio e outros elementos pesados que são: Difusão Gasosa e Ultracentrífugas.

A difusão gasosa que é o processo usado nos Estados Unidos baseia-se numa lei chamada lei de Graham que diz a velocidade de difusão dos gases é inversamente proporcional à raiz quadrada das densidades e portanto da raiz quadrada do peso molecular dos gases.

O processo da difusão gasosa exige a prévia obtenção de um composto poroso de urânio. O composto escolhido foi o hexafluoreto de urânio que se obtém atacando o metal ou o seu óxido pelo gás

fluor. Este elemento só se apresenta sob a forma de um único isótopo, de modo que o hexafluoreto de urânio obtido só difere pelo isótopo de urânio, sendo pois, uma mistura de hexafluoreto de urânio 238 e hexafluoreto de urânio 235. Fazendo passar o hexafluoreto através de uma barreira porosa, a velocidade de difusão do hexafluoreto de urânio 235 sendo ligeiramente maior, permitirá uma fração de enriquecimento em relação a este composto de peso molecular ligeiramente maior. Esta operação repetindo-se 4 a 5 mil vezes permitirá obter um alto enriquecimento de hexafluoreto de urânio ou mesmo a separação quase completa.

O outro processo citado baseia-se também na diferença de densidade dos hexafluoretos acima citados e que são gasosos nas condições de aplicação de ambos os processos que estamos examinando. Quando se submete o hexafluoreto à rotação extremamente rápida, no interior do aparelho, as moléculas mais pesadas são mais rapidamente projetadas para a periferia, isto é, as que contêm urânio 238. Dêste modo resulta um enriquecimento relativo em hexafluoreto de urânio 235 na região próxima ao eixo da centrífuga.

Pediria a V. Ex<sup>a</sup> acompanhasse meu discurso, pois vou falar sobre o urânio levemente enriquecido, objetivo do Almirante Alvaro Alberto, quando de seus longos entendimentos com os sábios e tecnólogos alemães responsáveis pelos mais modernos aperfeiçoamentos das ultracentrífugas. A título de esclarecimento informo à Casa que nestas reuniões esteve sempre presente o sábio Otto Hahn que é o próprio descobridor da fission do urânio e a maior figura da ciência alemã atual.

O Sr. Bruzzi de Mendonça — Permita aparteá-lo neste instante, pois do contrário meu aparte deixaria de ser oportuno e regimental.

O SR. RENATO ARCHER — Pediria que fôsse breve.

O Sr. Bruzzi Mendonça — Aceitando a premissa de V. Ex<sup>a</sup> de que a fabricação da bomba atômica não é mais segredo — e não é mesmo, aliás V. Ex<sup>a</sup> está demonstrando conhecimentos especializa-  
díssimos da matéria — chegamos à conclusão inevitável de que o propósito dos Estados Unidos em retardar o progresso da pesquisa atômica em outros países não tem objetivo de manter segredo mili-  
tar...

O SR. RENATO ARCHER — Direi isto em meu discurso.

O Sr. Bruzzi Mendonça — Exatamente, direi mais, que o obje-  
tivo é somente de manter o monopólio da exploração da energia atô-  
mica e manter desenvolvidos os países que explora.

O SR. RENATO ARCHER — Concordo com V. Ex<sup>a</sup> na primeira parte:

É de tal gravidade essa pressão que num documento por mim li-  
do salientava-se expressamente, como dos Estados Unidos a seguin-  
te opinião:

"Uma reação final que precisa ser, francamente  
ressaltada é que o estabelecimento, no Brasil, de  
um processo de extração de urânio fissil, por meio  
de importantes organizações de um país europeu, que  
está proibido, por lei, de obter esse metal, den-  
tro de suas fronteiras, pode ser considerado como  
uma ameaça potencial à segurança dos Estados Uni-  
dos e do hemisfério ocidental".

Infelizmente, Sr. Presidente, aceitamos esta situação e não  
há consignado esforço diplomático algum no sentido de convencer-  
se aos americanos de que a nossa condição de seus tradicionais a-  
migos aliados, exportadores inclusive, unicamente para eles, de  
minerais estratégicos para fins atômicos não poderia representar  
qualquer perigo à sua segurança.

O Sr. Corrêa da Costa — V. Exª poderia esclarecer à Câmara qual a data desse documento que V. Exª acaba de ler?

O SR. RENATO ARCHER — Pediria a V. Exª aguardar-se o fim do meu discurso porque tenho poucos minutos para concluí-lo.

O Sr. Corrêa da Costa — É relevantíssimo o conhecimento dessa data.

O Sr. RENATO ARCHER — Esse documento é de fins de 1954 e dele tomei conhecimento atualmente.

O Sr. Corrêa da Costa — Obrigado a V. Exª.

O SR. RENATO ARCHER — Mas, Sr. Presidente, não foi questão de segurança dos Estados Unidos, o motivo determinante da intervenção direta do governo americano nas negociações entre o Brasil e a Alemanha Ocidental. Este problema da segurança do hemisfério tem servido de pretexto para acobertar o real motivo da política atômica norte-americana para o Brasil. Aqueles que estão ligeiramente familiarizados com os problemas da engenharia nuclear, não escapa o fato de que, a produção de urânio enriquecido no seu isótopo U-235 é chave para a produção de energia nuclear para fins industriais. A aquisição pelo governo brasileiro na Alemanha, das ultracentrífugas, significaria simplesmente, Sr. Presidente, o primeiro passo para a nossa independência neste campo, libertando-nos do monopólio tecnológico que exercem os nossos vizinhos do Norte sobre este processo.

Os demais pontos do programa sugerido pelo Conselho Nacional de Pesquisas e aprovado pelo Presidente da República, eram quase todos decorrência da aquisição dos reatores. Feita impossível a obtenção dos reatores anularam-se conseqüentemente.

Era a vitória da neutralização de nossa política nacional de energia atômica.

Para sua total efetivação restavam dois obstáculos: o Almirante Alvaro Alberto e o Conselho Nacional de Pesquisas.

O governo Café Filho se encarregou anulá-los ameaçando, o abandono definitivo da nossa política de energia atômica.

Não há dúvida de que a demissão do Almirante Alvaro Alberto da Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas é o fato marcante desta fase.

Prende-se, em primeiro lugar, ao fato de se ter oposto à assinatura do acordo de pesquisas, que não só tirava das mãos do órgão que presidia, o controle e orientação da pesquisa, como também entregava aos Estados Unidos a exclusividade do nosso comércio de minerais atômicos.

Ao estabelecer-se que concordávamos em mandar para os Estados Unidos o nosso excedente de minerais atômicos, praticamente nos comprometíamos a remeter-lhe tudo o que produzíssemos, pois, sem os reatores que nos foram negados, nada havia a consumir.

Mas a demissão do Almirante Alvaro Alberto prende-se também ao interesse dos Estados Unidos da América do Norte.

Senhor Presidente, não há dúvida de que o então responsável por nossa política nacional em matéria de energia atômica, constituía-se no principal obstáculo à política americana.

*O Sr. Ponciano dos Santos* — Não acha V. Ex<sup>a</sup> que uma política tão complicada será resolvida em breve pela descoberta termonuclear? Na conferência de Genebra já se apresentaram os encaminhamentos da descoberta da fusão em vez de fissão.

O SR. RENATO ARCHER — Perfeito.

O Sr. Ponciano dos Santos — Se vingar a descoberta, todo êsse esforço estará perdido. Assim, a venda do tório que temos deve ser favorecida, a preço justo, para que se incentive o comércio. A penas êste e o nosso trabalho no momento: vender o tório, porque dentro de 10 anos êle não será mais necessário.

O SR. RENATO ARCHER — Agradecido a V. Exª.

A seu respeito e, precedendo sua demissão pelo governo Cafê Filho, em fins de 1954, dizia-se como justificação:

"Durante cêrca de três anos, os Estados Unidos vêm tentando estabelecer um acôrdo sôbre energia atômica com o Brasil, sem o maior sucesso. A principal figura, nessas negociações, do lado brasileiro tem sido o Almirante. Os Estados Unidos chegaram a conclusão de que, provavelmente, é impossível chegar a qualquer entendimento, mutuamente satisfatório, mediante novas negociações com o Almirante ou com o Conselho, tal como se acha atualmente constituído..."

A crise acima mencionada no Conselho Nacional de Pesquisas, não teria maior relevância na medida em que apenas traduzisse um desentendimento entre o governo da República e a Presidência do Conselho.

Todavia, nos têrmos em que se desenvolveu, assumiu, na realidade, alta expressão, pois era a resultante de uma luta surda e a revelia da opinião pública brasileira, entre fôrças que se empenhavam na política afirmativa e de interêsse nacional e outras que advogavam a nossa submissão à política americana.

Significou, precisamente, o abandono da nossa política nacional de energia atômica, ou seja de seus dois princípios fundamentais:

1) o princípio básico, defendido em dezenas de pronunciamentos

pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pelo Conselho de Segurança Nacional, de que a exportação de minerais atômicos não devia visar a penas resultados econômicos imediatos, mas além d'isso a obtenção de informações, equipamentos e facilidades para treinamento de técnicos e cientistas brasileiros.

2) o princípio de que o Brasil só deveria exportar minérios a tômicos beneficiados, como única maneira de assegurar o desenvolvimento da indústria nacional neste setor.

Em consequência da quebra d'estes princípios, firmamos com os Estados Unidos os acôrdos lesivos aos interesses nacionais de 20 de agôsto de 1954 e de agôsto de 1955.

O primeiro relativo à exportação de areias monazíticas em bruto e beneficiadas e o segundo referente à pesquisa de urânio e exportação de seu excedente.

Estes acôrdos, levaram-nos, na prática, a entregar aos Estados Unidos o que êle vinha de longa data pretendendo, isto é, minerais atômicos sem a satisfação do princípio das compensações específicas.

Era a morte da política nacional de energia atômica!

Recapitulando, Sr. Presidente, o histórico de nossa política nacional de energia atômica compreende três momentos:

1º — o seu nascimento por ocasião da 1ª reunião da Comissão de Energia Atômica da ONU e consolidação com a lei nº 1.310 de 15-1-51, criadora do Conselho Nacional de Pesquisas.

2º — a luta contra ela desfechada pela política americana de energia atômica.

3º — o seu abandono, com a demissão do Almirante Alvaro Al-

berto, Prof. Costa Ribeiro, Coronel Armando Dubois, e assinatura dos acôrdos lesivos de 1954.

Mas, Sr. Presidente, os fatos revelados e a luta intensa que os vêm cercando, não se originam, como é óbvio, de simples divergência de opiniões.

Eles têm raízes mais profundas.

Não há dúvida de que, as contradições fundamentais entre os objetivos da política americana e brasileira, em matéria de energia atômica, têm sua causa no choque de interesses a que antes aludimos e que se constitui, em última análise, no conflito entre uma nação subdesenvolvida, detentora de matérias primas, e outra, no auge de seu progresso industrial e tecnológico, que necessita destas matérias primas. Trata-se de uma luta de ordem econômica.

Sr. Presidente, a superficial análise que acabamos de fazer dos acôrdos assinados com os Estados Unidos, revela não somente uma completa ausência de uma política nacional, mas pior do que isto — uma permanente desatenção ao conflito de natureza econômica a que já aludimos. Nossos diplomatas e nossos governantes têm sido vítimas do encantamento dos Estados Unidos.

É manifestamente claro que o Brasil perdeu completamente de vista o fato de que os Estados Unidos, em todos os seus acôrdos com outras nações, são motivados e absolutamente orientados pelos seus *interesses econômicos nacionais*.

Quero deixar bem claro, Senhor Presidente, que não há nada de sinistro neste fato. Nem há nada de novo nele. Nem há, de maneira alguma, nada de inamistoso. A única real desvantagem que este fato nos traz é o ignorarmos.

O Sr. José Joffily — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RENATO ARCHER — Com todo o prazer.

O Sr. José Joffily — Evidentemente a oração de V. Ex<sup>a</sup> que está sendo ouvida com a maior atenção pela Casa, ainda não chegou a uma conclusão. Parece-me, entretanto, pelas premissas estabelecidas, que a conclusão será no sentido de que existe um antagonismo tão irreconciliável entre nossos interesses nacionais de País subdesenvolvido e os daquela Nação superdesenvolvida, que o caminho lógico para tratar de uma política atômica, será marcharmos, gradualmente, para um rompimento de relações, pelo menos no que tange à política atômica.

O SR. RENATO ARCHER — Discordo completamente de V. Ex<sup>a</sup>. Espere a conclusão de meu discurso e compreenderá a razão.

O Sr. José Joffily — Com muito prazer.

O SR. RENATO ARCHER — As nações se distinguem hoje em dia, Senhor Presidente, não só pela sua coragem e bravura, nem tampouco pelas suas artes e cultura, mas principalmente pelos seus sucessos materiais e resultados econômicos.

O advento da idade atômica criou um grave e crítico problema para os Estados Unidos.

Por decênios, a liderança econômica mundial tem pertencido àquelas nações que aprenderam a explorar as suas fontes de energia ou a de outros países, quer fôsse em termos da fôrça do homem, da energia do carvão, energia da água ou da energia do óleo. Os Estados Unidos, ricos em fontes de energia, com engenho e capacidade para explorá-las, aumentaram seu standard de vida a níveis nunca dantes atingidos. Subitamente, quase sem aviso, apareceu em cena uma nova e extraordinária fonte de energia industrial, a moderna, matéria energia... o átomo.

Com os primeiros sinais da possibilidade de controle da energia nuclear, também chegaram os primeiros avisos de que esta energia poderia significar força elétrica numa escala jamais sonhada; energia esta que poderia ser facilmente instalada em qualquer lugar, e capaz, portanto, de afetar a supremacia dos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos, com absoluto domínio das outras fontes de energia, cêdo se aperceberam da necessidade de assegurar o suprimento e o controle dessa nova e maravilhosa fonte energética. Não se tratava unicamente da sua segurança militar, mas sim e fundamentalmente de garantir sua hegemonia econômica no mundo.

Desde aqueles primeiros momentos, nasceu a inalterável política dos Estados Unidos, que acima de tudo precisava assegurar a sua liderança mundial na era atômica.

Era evidente que esta política teria de ser agressiva em extremo, desde o começo, pois, apesar dos Estados Unidos possuírem grandes vantagens tecnológicas e de recursos, outros cientistas e grupos técnicos, cêdo poderiam atingir a êste estágio e talvez até ultrapassá-los no processamento técnico da energia nuclear. Nesse campo a sua maior capacidade produtiva e industrial seria fator decisivo... mas no campo das matérias primas, para produção da energia atômica, o panorama lhe era menos favorável.

Os Estados Unidos, rico na maioria dos metais e minerais importantes ao desenvolvimento industrial, sabiam então que eram pobres, extremamente pobres, em jazidas de urânio. A extraordinária aceleração dada às pesquisas de minerais radioativos que teve lugar naquela ocasião, indicou apenas uma melhora de situação. Tornou-se essencial, o controle sôbre os minerais radioativos em outras partes do mundo. Isto asseguraria não sômente o suprimento

de combustível atômico, mas poderia resultar num virtual monopólio de minérios brutos, o que economicamente, era uma agradável perspectiva.

Foram inteligentes e prudentes aquelas primeiras precauções porque cada dia, cada nova notícia anunciava o nascimento de uma nova era, e em todos os países do mundo, exceto nos Estados Unidos, indicações otimistas da existência de matérias primas atômicas eram trazidas, incluindo grandes jazidas de urânio e tório.

*O Sr. Vieira de Melo* — Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. RENATO ARCHER — Com todo o prazer.

*O Sr. Vieira de Melo* — Permita V. Ex<sup>a</sup> que eu incorpore, por meio dêste aparte, ao impressionante discurso que está fazendo para a Câmara dos Deputados...

O SR. RENATO ARCHER — Muito obrigado a V.Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Vieira de Melo* — Mais um documento de alta valia para o entendimento do problema que está preocupando V. Ex<sup>a</sup>, a Casa e a Nação. É uma carta que me foi dirigida pelo General Juarez Távora na qual o ilustre militar situa sua participação em todos os fatos relacionados com a exportação de nossos minerais atômicos e define a sua responsabilidade em acordos subseqüentes elaborados na base dêsses entendimentos. A carta está assim redigida:

"Rio de Janeiro, 18 de maio de 1956.

Ilustre patricio, Deputado A. Vieira de Mello.

Respondendo, na sessão de 30 de abril último, da Câmara dos Deputados, a aparte do Sr. Deputado Mário Martins, quando defendia, como líder da maioria, a posição do atual Governo da República em face do problema do aproveitamento de nossos recursos em materiais

físseis, afirmou V. Ex<sup>ª</sup>:

— "Encontrando um convênio em vigor, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos — cuja elaboração foi de perto acompanhada por um homem de alta insuspeição e inatacável honestidade, que é o Ilustre General Juarez Távora, nessa ocasião dirigindo diretamente a redação desse acordo — cumpria ao atual Governo, diante desse fato concreto, que ele encontrava, fazer o que?" —  
.....

Mais tarde, na sessão do dia 8 do corrente, dando V. Ex<sup>ª</sup> conhecimento à Câmara dos Deputados de documentação reservada existente sobre a matéria na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Estado Maior das Forças Armadas e no Conselho Nacional de Pesquisas, novamente apareceu meu nome no texto de alguns desses documentos.

Embora citado por V. Ex<sup>ª</sup> em termos que me desvanecem (e pelos quais lhe confesso aqui meu reconhecimento) e não tenha porque penitenciar-me de haver assinado os documentos que foram lidos com minha assinatura, julgo, entretanto, conveniente para repor nos devidos termos minha responsabilidade nesse delicado assunto da exportação de nossos minerais físséis, vir prestar, por seu elevado intermédio, aos representantes do povo brasileiro na Câmara dos Deputados, os seguintes esclarecimentos:

1) Não pude, como era meu desejo, acompanhar — nem de perto e nem mesmo, de longe — a elaboração do convênio assinado pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América, durante o Governo do Presidente Café Filho, por haver-me afastado da Chefia do Gabinete Militar da Presidência da República e, em consequência, das funções de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, em meados de abril de 1955, dois ou três meses antes de se entabularem as res-

pectivas negociações e, já em meados de maio seguinte, achar-me envolvido em campanha política que absorveu literalmente, até outubro, minha capacidade de atuação.

2) É verdade, entretanto, que, quando ainda no exercício daquelas funções, interfeiri na realização de algumas providências preliminares, tendentes a enquadrar tal convênio dentro das diretrizes políticas vigentes sôbre a matéria desde o Governo do Presidente Getúlio Vargas (Exposição nº 771 — secreta — de 30-11 de 1953, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional) e conciliar certas divergências verificadas entre o Itamarati, de um lado, e o C.N.Pq. e o C.S.N., do outro lado, na execução de tal política.

Eis, em resumo, essas interferências:

2.1 — *Diretrizes para um programa nacional de energia atômica.*

Revendo a documentação existente na Secretaria Geral do C.S.N. e no C.N.Pq. sôbre o aproveitamento de nossos recursos em minerais físséis para a aplicação pacífica da energia atômica, e tomando em consideração pontos de um projeto de "Tratado de pesquisas minerais" e respectiva Exposição de Motivos — apresentados ao Itamarati, em março de 1954, por iniciativa, segundo parece, da Embaixada Americana, determinei àquela Secretaria Geral a elaboração de um estudo capaz de conciliar objetivamente as opiniões e os interesses em jôgo sôbre a matéria.

Resultou disso a exposição contida no Ofício Secreto número 1.017, de 25-11-1954, do Chefe do Gabinete da S.G. do C.S.N. Contém essa exposição em seu Item I um resumo histórico de nossa atividade na matéria, iniciada em 1947, com a criação da Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos; aparecia, em se-

guida, no Item II, a coincidência dos pontos de vista defendidos pelo Conselho de Segurança Nacional e Conselho Nacional de Pesquisas, no que tange à política Governamental no campo da energia atômica, assim caracterizada:

— orientar o esforço principal do programa brasileiro de energia atômica, no sentido do aproveitamento industrial dessa forma de energia,

— recorrer aos países amigos, de preferência os Estados Unidos da América, para a obtenção de equipamentos e orientação técnica indispensáveis à montagem e funcionamento da indústria atômica,

— admitir, para o financiamento dessas atividades, a exportação de minerais físséis, feita, porém sempre mediante acôrdo de Governo a Governo e vinculação das divisas obtidas ao fornecimento de equipamentos e assistência técnica conducentes à pronta consecução dos objetivos de nossa política de energia atômica.

No item III, são sugeridas algumas Diretrizes para um *pro-*grama nacional de energia atômica, fixando, entre outros pontos, os seguintes:

— procura, localização e avaliação das jazidas de minerais físséis, em todo o território nacional;

— montagem de reatores atômicos (inicialmente experimentais, e, em seguida industriais) a serem localizados nos locais mais convenientes, mediante proposta do C.N.Pq.;

— aceitação eventual do concurso de organismos estrangeiros ou internacionais para a execução do programa, nos termos do item anterior (II);

— inclusão anual no orçamento do C.N.Pq. de verba destinada à execução do programa, a partir de 1956.

Essa exposição foi aprovada sem demora pelo Presidente Café Filho, remetendo-se cópia da mesma ao C.N.Pq. para fins de execução.

2.2 — *Carta sôbre o assunto ao Sr. Ministro das Relações Exteriores.*

Em virtude da liberalização então já operada na política americana de energia atômica e da preferência reconhecida aos Estados Unidos da América para a celebração de acôrdos de Govêrno a Govêrno, em tôrno da realização de nosso programa de energia atômica, dirigi, com prévia autorização do Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, *carta confidencial* em que lhe sugeria obter, com a possível brevidade, do Govêrno Americano, uma declaração oficial a respeito dos equipamentos e ajuda técnica que êsse govêrno poderia conceder-nos, como compensação da exportação de nossos minerais físseis, visando:

- à prospecção e pesquisa de nossas jazidas de tais minerais, em todo o território nacional,
- à exploração racional das jazidas descobertas e avaliadas,
- ao beneficiamento dos minérios extraídos, e, finalmente,
- à utilização dos minerais físseis beneficiados em usinas industriais consumindo combustíveis atômicos.

Essa carta, escrita em começos de 1955, deve encontrar-se arquivada no Itamarati.

2.3 — *Vinda de técnicos americanos ao Brasil para negociação de novo acôrdo.*

Tendo o Govêrno Americano sugerido, nesse interim, a ida de Delegação brasileira aos Estados Unidos da América, para a negocia

ção do acôrdo em perspectiva, sugeri ao Sr. Presidente da República que, ao invés disso, enviasse aquêle Govêrno seus técnicos ao Brasil, onde mais objetivamente poderiam ser examinados e debatidos certos aspectos do nosso problema de produção de energia atômica, sob as vistas imediatas do C.N.Pq., do Departamento Nacional da Produção Mineral, do E.M.F.A. e da Secretaria Geral do C.S.N.

Ocorria, ainda, a circunstância relevante de atravessarmos, então, grave crise de divisas, que reduziria a composição de nossa Delegação e o tempo de sua permanência nos Estados Unidos.

Essa sugestão foi aceita pelo Sr. Presidente da República e transmitida ao Itamarati, para as necessárias negociações, que foram concluídas com pleno êxito.

#### 2.4 — *Parecer favorável à exportação do tório pela Orquima.*

Foi rigorosamente dentro dessa orientação política, prudentemente traçada durante o Govêrno do Presidente Getúlio Vargas e cuja consolidação prática se propunha a realizar o Presidente Café Filho, que dei parecer favorável à exportação para os Estados Unidos da América, pela Orquima, de certa parcela de óxido de tório, mediante acôrdo de Govêrno a Govêrno e a garantia de compensações específicas, em equipamentos e auxílios técnicos, para a realização de nosso programa de energia atômica — perfeitamente viáveis, na época, em face da *liberalização* recente da política americana em relação às aplicações pacíficas de energia atômica.

Cheguei, mesmo, a sugerir o exame, por nossa Delegação, da possibilidade de nos ser cedido, ao lado de reatores experimentais para os nossos centros mais adiantados de pesquisas físicas, um reator industrial, cuja instalação poderia fazer-se no Nordeste do

País, dadas suas conhecidas deficiências em combustíveis sólidos e fontes de energia hidráulica.

3. Tais foram, Senhor Deputado Vieira de Mello, as providências, tôdas de caráter preliminar, sugeridas ao Governo da República e por êle adotadas, quando me encontrava exercendo as funções de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, para a condução das negociações e lavratura dos convênios ora vigentes sôbre exportação de nossos minerais físseis para os Estados Unidos da América.

Como ficou declarado no inciso I destes esclarecimentos, não pude acompanhar as negociações de tais convênios, por haver-me exonerado daquelas funções bastante antes de aqui chegarem os técnicos norte-americanos credenciados para conduzi-los por parte de seu Governo, ignorando, mesmo, os exatos termos em que foram, afinal, firmados êsses convênios.

Agradecendo-lhe, desde já, a atenção que V. Ex<sup>a</sup> se dignar dispensar a estas linhas, subscrevo-me cordialmente patricio admirador. — General *Juarez Távora*."

Esta carta será documento de valia — repito — para aquêles que, como V. Ex<sup>a</sup> e outros estudiosos da matéria, estão examinando assunto de tão grande importância para a vida nacional.

O SR. RENATO ARCHER — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. *Flôres da Cunha* — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. RENATO ARCHER — Com todo o prazer.

O Sr. *Flôres da Cunha* — Era necessária a incorporação dêsse documento ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque não está sendo monografia

sobre a matéria, e sim um manual.

O SR. RENATO ARCHER — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE — Atenção. A mesa lembra ao nobre orador que dispõe de 5 minutos para ultimar o seu discurso.

O SR. RENATO ARCHER — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Os Estados Unidos tiveram seu relativo sucesso encontrando e explorando os minérios do Colorado, mas em comparação com as perspectivas (já hoje realidade) do Canadá, Congo Belga, África do Sul e Austrália, era apenas um pequeno ponto luminoso.

Não pode haver dúvida de que o contrôle de grandes estoques de urânio e tório, fora do seu próprio país, era e é da mais vital importância para os Estados Unidos e um fator preponderante no estabelecimento de sua política exterior. O número de acordos cooperativos de energia atômica, que os Estados Unidos fizeram com outros países, têm uma indubitável importância diplomática. Mas acima de tudo, têm sentido econômico. Para concluir aqueles acordos, os Estados Unidos vêm usando da sua total habilidade diplomática e, onde dificultados, pode-se esperar uma pressão para atingir suas finalidades desde que uma consciência atômica nacional seja inexistente.

O Brasil, com várias ocorrências de minerais radioativos já conhecidas, e possuindo grandes áreas de formação geológica favorável a tal mineralização, cêdo tornou-se uma possibilidade desejada para acordos cooperativos. Nossa imaturidade técnica, nosso subdesenvolvimento econômico, nossa escassês de outros combustíveis e, com o correr do tempo, o nosso tremendo débito comercial para com os Estados Unidos, foram fatores que favoreceram o sucesso da nova diplomacia atômica... Não demoramos em sentir a sua influência

e qual tenha sido ela, já vimos anteriormente.

Incontestavelmente, com a melhor das intenções, mas igualmente pensando nas suas próprias necessidades, os Estados Unidos primeiramente ofereceram ao Brasil a oportunidade de cooperar. Tratava-se do chamado "muito importante" trabalho experimental da produção da energia nuclear, ou seja, a venda aos Estados Unidos de sua areia monazítica.

Sugestões do Conselho Nacional de Pesquisas no sentido de que a liberação do combustível atômico em potencial, em bases estritamente comerciais, deveria ser substituída por um acôrdo que trouxesse os benefícios do desenvolvimento atômico de volta ao Brasil, com base no que já chamamos princípio da compensação, foram postos de lado como sendo "diplomáticamente difíceis".

A compensação a ser recebida limitava-se à compra dos produtos de tratamento da monazita... significando isto uma maneira de incrementar este tipo de indústria.

Em nossas negociações para este acôrdo, deixamos de garantir até esta limitada vantagem recíproca, e subsequentemente verificou-se ainda o pior, isto é, termos entregue a nossa monazita para que os Estados Unidos declarassem não estar mais interessados, nem ao menos em adquirir os seus subprodutos beneficiados. (saís de cêrio e terras raras).

Estava claro que a contradição existente entre os nossos interesses e os dos americanos resolvia-se favoravelmente a êstes, ou seja, no sentido do desenvolvimento da indústria de energia atômica dos Estados Unidos e do atraso da nossa. Havíamos sido conduzidos habilmente a exagerar a importância da segurança mútua, quando, na realidade, o aspecto econômico era o mais importante.

Nêstes acôrdos não poderá haver crítica alguma aos Estados U-

nidos, mas sim a nós mesmos, mal informados, desorganizados e inconscientes. Fomos simplesmente superados por melhores homens de negócios.

Em subsequente reação às surpresas desta primeira negociação, que deixou acumulados os nossos produtos derivados pelo processamento da monazita, encontramos os Estados Unidos diplomaticamente preparados a concordar que alguma compensação deveria nos ser dada pelo acôrdo original. Mas, numa vergonhosa repetição do primeiro, concordamos novamente em vender ainda mais de nossa preciosa monazita, em troca do qual os Estados Unidos concordariam em comprar os produtos derivados, originalmente destinados a eles.

Novamente, apesar das mais fortes declarações da nossa entidade da política de energia atômica, o Conselho Nacional de Pesquisas, não recebemos compensações significativas ao nosso próprio desenvolvimento atômico e ainda como pagamento pelos poucos desejados produtos derivados da monazita, recebemos uma quantidade de trigo, do excedente da produção dos Estados Unidos.

Não apenas degradamos e subvertemos mais a nossa própria política de energia atômica, mas concordamos em submeter-nos a uma espetacular operação de "dumping" pelos Estados Unidos.

Desta maneira, Sr. Presidente, alcançando o cume duma inglória incapacidade diplomática e política, e entregamos aos Estados Unidos, *sem nenhuma compensação*, específicas grandes quantidades de óxido de tório. A manobra, de óbvia origem comercial, abalou a opinião da Nação.

Entrementes, os Estados Unidos não ficaram inativos, enquanto estivemos deliberando sobre os meios mais diplomáticos para retificar as desvantagens dos nossos acôrdos sobre o tório, eles preparavam o caminho para a conclusão de um acôrdo sob o qual, em troca

da exclusividade de compra do nosso excedente de urânio, finalmente concordariam em aceitar os pedidos originais do Conselho Nacional de Pesquisas de ajuda técnica e material em nosso desenvolvimento atômico. Este acôrdo mais auspicioso, tinha, entretanto, seu ponto chave — a entrega aos geólogos e técnicos americanos da procura e avaliação de nossas jazidas de urânio mineral.

Nada poderia ser mais nefasto e criminoso ao interêsse nacional do que o monopólio das pesquisas acima referidas.

Em primeiro lugar é a aceitação por nós próprios de nossa incapacidade de encontrar e avaliar nossos minerais uraníferos. Em segundo lugar entrega ao principal, ao quase único comprador, o conhecimento íntimo de nossos reais recursos. Em terceiro lugar podendo subtrair ao nosso conhecimento nos mantém na ignorância de nossos recursos, impossibilitando-nos, conseqüentemente de agir adequadamente no campo político e econômico. Em quarto lugar nos desarma na nossa soberania.

É isto, Sr. Presidente, apesar de ter ficado demonstrado muito claramente na Conferência de Genebra que excetuando talvez a Rússia, nenhum país havia feito e estava executando um plano de inventário de minerais radioativos com maior sucesso e sistematizado do que o nosso.

Sr. Presidente, aos super-sensíveis poderia parecer que sou anti-americano. Não é verdade. Sou pro-América, na medida em que defendo fortemente o princípio da participação do capital e do conhecimento técnico estrangeiro no desenvolvimento do Brasil. Mas sou sobretudo pro-Brasil e insisto que nossa amizade com os Estados Unidos deverá ser na base de mútuo respeito e do respeito aos mútuos interêsses. (*Muito bem*). As críticas inerentes a êstes comentários não são dirigidas contra os Estados Unidos mas

contra a nossa indiferença, inconsciência e irresponsabilidade para com os nossos interesses e refletem minha preocupação pela nossa imaturidade política e econômica.

Os mesmos sentimentos estão contidos na recente apresentação do Projeto nº 944, de 1956, de autoria do Deputado Dagoberto Salles, agora amplamente debatido.

O que visô com o discurso de hoje é o pleno restabelecimento de nossa política nacional de energia atômica e o seu aperfeiçoamento.

Resta saber o caminho acertado, e, para encontrá-lo não podemos perder de vista um fato fundamental — a incoincidência de nossos interesses nacionais, em matéria de energia atômica com aqueles dos Estados Unidos da América do Norte.

Desta maneira acredito que o Senhor Presidente da República, a quem, por lei, cabe em última análise a direção dessa política, deva alicerçá-la em cinco pontos essenciais, compreendendo uma orientação definitiva para a pesquisa, a lavra, a organização a exportação e a utilização nacional e o contrôle indispensável.

Não há dúvida de que, Senhor Presidente, o levantamento de nossas reservas em matéria de minerais atômicos não pode, de maneira alguma, ficar nos termos em que foi colocada, pelo acôrdo de agosto de 1955, denominado acôrdo de pesquisas.

Não é possível entregar-se ao maior interessado e potencialmente maior comprador, o conhecimento, em primeira mão, de nossas reservas.

O acôrdo de pesquisas firmado com os Estados Unidos deve ser denunciado, para que venha a concretizar-se, na forma proposta pelo Conselho Nacional de Pesquisas, isto é, à base de indicação de áreas a serem pesquisadas pelos Estados Unidos e pelo Brasil, con

forme a nossa conveniência.

No tocante à lavra, somos de entender que é necessário estimular-se ao máximo a iniciativa privada. Infelizmente, não podemos concordar com a proposição do monopólio estatal neste campo, de autoria do Deputado Dagoberto Sales.

E em defesa do meu ponto de vista, valho-me do exemplo dos norte-americanos. Os Estados Unidos que têm a legislação mais rígida conhecida sobre este assunto, estabelecendo o monopólio total do que se refira a energia atômica, todavia, deixou a livre iniciativa a pesquisa e a lavra, estimulando-as, principalmente através a fixação de preços justos e bonificações por descoberta, teor e alta produção.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

O SR. RENATO ARCHER — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Dagoberto Sales — A falta de tempo regimental não me permite apartear-lo nesta oportunidade. Reservo-me, pois, para debater com Vossa Excelência mais tarde este ponto.

O SR. RENATO ARCHER — Perfeitamente.

Sr. Presidente, o produto da lavra não exige segredo, mas sim e fundamentalmente colocação segura.

Relativamente ao sistema pelo qual, Sr. Presidente, deva se exercer na prática a nossa política de energia atômica, sou de opinião que a sua orientação geral continue, privativamente, com o Presidente da República, como aliás já estabelece a lei nº 1.310, assessorado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, Conselho de Segurança Nacional e Estado Maior das Forças Armadas, quando se tratar de matéria militar.

Estou de acôrdo, com a criação de uma comissão de energia a tômica, como sugere o Deputado Dagoberto Salles, mas, algumas das modificações que sugere com a reorganização da já existente no C.N.Pq., do Professor Costa Ribeiro.

Não adoto, também, o ponto de vista do Deputado Dagoberto Salles, segundo o qual esta Comissão deveria ser composta quase sô de militares.

Seria cometermos o êrro de que se livraram os Estados Unidos, com a Lei Macahon.

Uma comissão de energia atômica deve necessariamente se cons tituir de técnicos na matéria, cientistas, administradores e elementos de ligação especializados para o contato com os órgãos prela cionados ao assunto.

Sr. Presidente, um dos pontos que mais tem sensibilizado a nossa opinião pública é o referente à exportação dos minerais atômicos.

Mantenho o meu ponto de vista de que a compensação específica há de ser a marca fundamentando tôda a política de nossa exportação. Aliás, dentro dos próprios preceitos da Lei número 1.310, pode o govêrno exercer positivamente a sua política, uma vez que esta lhe dá o monopôlio legal da exportação. Basta que êle o exerça e consiga negociar com os Estados Unidos e outras nações amigas os necessários equipamentos e técnica em troca do minério julgado possível de exportação.

Considero, todavia, que o conhecimento de nossas reservas deva estar estreitamente vinculado às nossas possibilidades de exportar.

Em outras palavras, precisamos saber o que temos para saber o que podemos e como devemos exportar.

Srs. Deputados, procurei menos expender um ponto de vista, de fender uma idéia ou projetar uma doutrina, do que fazer uma análise de fatos que guardem uma seqüência lógica e apontam grandes interesses em jogo. Procurei, na medida do que me foi possível, fotografar a realidade e isto na forma serena e sem posições apriorísticas.

Esta análise de fatos faz com que automaticamente se nos aflorem as soluções. E estas enunciadas no meu discurso, precisam ser enfrentadas pelo governo, com um único compromisso — o de servir ao Brasil. *(Muito bem; muito bem. Palmas).*